

Lido em Plenário

LEI Nº. 802/2006.

Em 06 / 04 / 06


Presidente

EMENTA: Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CONDADO – PE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º – Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, órgão colegiado, representativo da comunidade, de função deliberativa, e fiscalizadora, instância superior do Sistema Municipal de Política Ambiental e integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, para fins de proteção, conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei consideram-se aplicáveis as seguintes definições:


1 – MEIO AMBIENTE - é o conjunto formado pelo espaço físico, a flora e a fauna nele contido;

2 - RECURSOS NATURAIS - são as águas, o ar, o solo, o subsolo, a fauna e flora neles contidos;

3 – POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - é qualquer alteração das condições físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer atividade humana, que direta ou indiretamente:

- a) seja impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, à segurança e ao bem estar da população;

Certifico que foi publicado
no quadro de aviso da PMC
Em 16 / 03 / 2006


José Antonino C. Rabelo Junior

- b) crie condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) ocasione danos relevantes à flora, a fauna, ao meio ambiente e aos recursos naturais.

4 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Programas que implementem o desenvolvimento econômico-social, voltados para as atividades que protejam e conservem o meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, será integrado, obrigatoriamente, e no mínimo por:

I – três integrantes do Poder Público, sendo um do Poder Executivo, um do Poder Judiciário e um do Poder Legislativo;

II – um representante da Secretaria Municipal responsável pela defesa do meio ambiente;

III – um representante do IBAMA;

IV – quatro representantes da sociedade civil organizada;

V – um representante do IPA;

VI – um representante da CPRH;

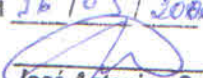
VII – dois integrantes de organizações não governamentais ligados, diretamente, à qualidade de vida do Município e,

VIII – um representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município.

§ 1º - Inicialmente os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, serão indicados pelos segmentos citados no art.º 3º, e caberá ao Poder Executivo a nomeação dos indicados através de decreto.

Certifico que foi publicado
no quadro de aviso da PMC

Em 16/03/2006


José Antonino C. Rabelo Junior

§ 2º - Os membros do Conselho Municipal do Conselho de Meio Ambiente do Município do Condado/PE, terão mandato de dois anos, podendo haver recondução, e seu exercício será gratuito e considerado como prestação de relevante serviço ao Município.

§ 3º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e em caráter extraordinário, quantas vezes forem necessárias, sempre convocadas por um terço de seus membros.

§ 4º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, em reunião, mediante voto aberto e fundamentado, registrado em ata redigida por um relator escolhido dentre seus membros.

Art. 4º - Dentro do prazo de trinta dias a partir da sanção desta Lei, o Poder Executivo nomeará os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, conforme o previsto no art.º 3º § 1º.

Art. 5º - Dentro do prazo de noventa dias de sua instalação, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Condado/PE, elaborará e aprovará seu Regimento Interno.

§ 1º - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, definirá sua natureza e finalidade, composição e organização, funcionamento e forma de renovação dos seus membros, em conformidade com esta Lei e com a legislação municipal, estadual e federal em vigor.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, será assistido em suas funções administrativas pelo Executivo Municipal.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, não possuirá vínculo hierárquico com o Poder Público Municipal, devendo, no entanto buscar através de ações conjuntas o apoio institucional da Municipalidade, visando sempre a melhoria da qualidade de vida da população através de um meio ambiente saudável e equilibrado.

Certifico que foi publicado
no quadro de aviso da PMC

Em 16/03/2006


José Antônio C. Rabelo Junior

Art. 8º – Compete, exclusivamente, ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, sem prejuízos de outras ações necessárias ao controle e proteção à qualidade ambiental do município:

I – deliberar as diretrizes da política ambiental a ser executada pelo Poder Público Municipal, criando quando necessário os instrumentos para consecução de seus objetivos;

II – gerenciar os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, a ser instituído pelo próprio Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE, em conformidade com o Poder Público Municipal;

III – analisar e emitir parecer sobre os projetos de entidades públicas ou privadas objetivando a preservação ou recuperação de ambientes afetados por processos predatórios ou poluidores, conforme legislação vigente;

IV – dar parecer, em última instância administrativa em grau de recurso mediante prévio depósito, sobre multas e outras penalidades impostas pelo Poder Público Municipal na área ambiental;

V – homologar acordos visando a transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas que objetivem a proteção e melhoria da qualidade ambiental;

VI – determinar ao Poder Público Municipal, no caso de omissão de autoridade competente, a aplicação de penalidades cabíveis a pessoas físicas e/ou jurídicas que não executem as medidas necessárias à preservação ou recuperação dos inconvenientes danos causados ao ambiente;

VII – suspender os contratos celebrados entre os órgãos da administração direta ou indireta do município e pessoas físicas e/ou jurídicas causadoras de degradação ambiental, mediante comprovação.

Art. 9º – Para assegurar a preservação e a melhoria da qualidade de vida do Município incumbe ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

do Município do Condado/PE, juntamente, com o Poder Público Municipal:

I – estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade e preservação ambiental, supletiva e, complementarmente, observados os que forem estabelecidos pelos órgãos federais e estaduais;

II – orientar o Poder Público na execução da política ambiental;

III – criar e fiscalizar, conjuntamente, com o Poder Executivo, unidades de conservação, a serem mantidas pelo Poder Público Municipal;

IV – criar mecanismos para controlar e fiscalizar o cumprimento das normas e padrões de qualidade ambiental;

V – promover e incentivar a educação ambiental, bem como o intercâmbio entre entidades ligadas a defesa da qualidade e preservação do meio ambiente;

VI – incentivar as atividades que proporcionem a racionalização e preservação dos recursos naturais, de forma a privilegiar o desenvolvimento sustentável;

VII – zelar, conjuntamente com a comunidade e o Poder Público, pelas obras e monumentos artísticos, históricos, paisagísticos e naturais, determinando os meios para tal fim;

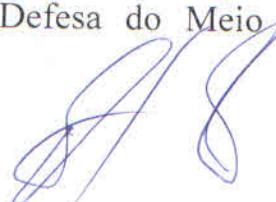
VIII – acompanhar o licenciamento de atividades potencialmente degradadoras ao meio ambiente no município;

IX – determinar a investigação e/ou criar comissão municipal, a fim de verificar dano ambiental.

Art. 10 - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE elaborará relatório semestral de suas atividades.

Art. 11 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Municipal destinarão recursos necessários à implantação e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Condado/PE.

Certifico que foi publicado
no quadro de aviso da PMC
Em 16/03/2006



José Antônio C. Rabelo Junior
Secretário de Admin. e Planejamento


Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Condado, em 16 de março de 2006.




JOSÉ EDBERTO TAVARES DE QUENTAL
PREFEITO.

Certifico que foi publicado
no quadro de aviso da PMC
Em 16/03/2006



José Antonino C. Rabelo Junior
Secretário de Admin. e Planejamento

Lido em Plenário
Em 06 / 04 / 06

Presidente